

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis
S.A (Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração de resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A (Companhia em fase pré-operacional)

Tianguá - CE

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial referente o período de 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato da Companhia vir a lograr êxito nos processos de obtenção da licença de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, das licenças de instalação e ambiental para exploração de geração de energia elétrica, a serem emitidas pelos órgãos ambientais competentes, bem como os reflexos a serem propiciados por esta liberação e na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras.

Curitiba, 23 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6


Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR049038/O-9

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A

(Companhia em fase pré-operacional)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014

(Em reais)

	Notas	2014	2013		Notas	2014
Ativo				Passivo		
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	24	50	Obrigações de curto prazo	7	<u>851.379</u>
Despesas antecipadas		<u>14.847</u>	<u>58.936</u>			<u>851.379</u>
		<u>14.871</u>	<u>58.986</u>	Patrimônio líquido		
Não circulante				Adiantamento para futuro aumento de capital		
Imobilizado		134.674	3.792	Capital social realizado	8	837.224
Intangível	6	<u>1.462.027</u>	<u>638.564</u>	Prejuízos acumulados		<u>(77.030)</u>
		<u>1.596.702</u>	<u>642.356</u>			<u>760.194</u>
Total do ativo		<u>1.611.573</u>	<u>701.342</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.611.573</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstração de resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em reais)

	Notas	2014
Despesas operacionais		
Despesas gerais ou administrativas	10	<u>(10.828)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(10.828)</u>
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	11	1
Despesas financeiras	11	<u>(4.721)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(15.548)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováv

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em reais)

	2014
Resultado do exercício	(15.548)
Resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(15.548)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em reais)

	Notas	Capital Social	Capital a integralizar	Adiant. p/ futuro aumento	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013		10.000	(9.000)	308.147	(36.296)	272.851
Prejuízo do exercício					(25.185)	(25.185)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>10.000</u>	<u>(9.000)</u>	<u>308.147</u>	<u>(61.481)</u>	<u>247.666</u>
Capital subscrito		827.224	(827.224)		-	-
Integralização de capital	8.a	-	836.224	(308.147)	-	528.077
Prejuízo do exercício		-	-	-	(15.548)	(15.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>837.224</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(77.029)</u>	<u>760.194</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em reais)

	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do exercício	(15.548)
Variação nos ativos e passivos	
Aumento em Despesas do Exercício Seguinte	44.089
Aumento em Fornecedores	397.703
Resultado do exercício/período	<u>426.244</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>426.244</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	
Aquisição imobilizado	(130.882)
Aquisição intangível	<u>(823.463)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(954.346)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	
Adiantamento para futuro aumento de capital	(308.147)
Integralização de capital	836.224
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>528.077</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(26)</u></u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	
No início do exercício	50
No fim do exercício	<u>24</u>
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(26)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Tianguá Norte, Estado do Ceará, foi constituída em 15 de Outubro de 2010 até a presente data não entrou em fase operacional. Para entrar em fase operacional a Companhia depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de Leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL e se sagrar vencedora para que possa obter autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica.

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de : a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e no decorrer desta fase, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2015.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que

apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações fiscais e créditos com pessoas ligadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do

componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

A depreciação será calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo.

Considerando que a empresa encontra-se em fase pré-operacional nenhuma depreciação foi contabilizada.

A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não serão depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em “*impairment*”.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se basicamente às tarifas bancárias. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

f. Novas normas ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia está mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira. A Companhia está sujeita ao risco de crédito de seus fornecedores até a entrega dos benefícios esperados.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Garantias

A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2014.

Instrumentos financeiros e depósitos bancários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

5 Caixas e equivalentes de caixa

	2013	2014
Banco conta movimento	50	24
	50	24

6 Intangível

2.013

	Taxa Amortização	Custo aquisição	Adições	Baixas	Amortização	Líquido
Softwares Intangível em formação	20%	-	767	-	- 147	620
		<u>-</u>	<u>637.944</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>637.944</u>
		<u>-</u>	<u>638.711</u>	<u>-</u>	<u>- 87</u>	<u>638.564</u>

2.014

	Taxa Amortização	Custo aquisição	Adições	Baixas	Amortização	Líquido
Softwares Intangível em formação	20%	-	854	-	- 87	767
		<u>-</u>	<u>1.461.260</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.461.260</u>
		<u>-</u>	<u>1.462.114</u>	<u>-</u>	<u>- 87</u>	<u>1.462.027</u>

7 Obrigações de curto prazo

	2013	2014
Fornecedores	453.676	847.901
Obrigações Fiscais		3.479
	453.676	851.379

8 Patrimônio líquido

O capital social autorizado é de R\$ 837.224 e está representado por 837.224 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 837.224 e está representado por 837.224 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

a. Aumento de Capital

De acordo com AGE de 26 de dezembro de 2014 foi integralizado capital no montante de R\$ 837.224 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) a Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; (ii) em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

9 Imposto de renda e contribuição social

Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2014 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia.

10 Despesas operacionais

	2013	2014
Serviços prestados pessoa jurídica	(18.137)	(5.914)
Serviços e consultoria	(650)	(3.827)
Impostos e taxas diversas	(2.039)	(617)
Despesas diversas	(1.307)	(383)
Amortizações	(77)	(87)
Total	(22.206)	(144.885)

11 Resultado financeiro

	2013	2014
Receitas financeiras		
Outras receitas operacionais		1
Despesas financeiras		
Juros pagos e/ou incorridos		(4.096)
IOF	(1.387)	(199)
Tarifas bancárias	(375)	(427)
	(1.761)	(4.720)

12 Provisões para demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais.

13 Cobertura dos seguros

Não há registro de seguros.